

REGIMENTO INTERNO CONSELHO TUTELAR DE DOIS IRMÃOS

Capítulo I Da Denominação

O Conselho Tutelar de Dois Irmãos, RS, criado pela Lei Municipal, número 1239/94, de 14 de junho de 1994, reger-se-á pelo presente regimento interno, seguindo as diretrizes traçadas pela Lei Federal número 8.069 de 13 de julho de 1990 e a vigente Lei Municipal nº2056, de 14 de novembro de 2003.

Da Sede, Competência e Afins.

Art. 1º - O Conselho Tutelar terá sua sede no município de Dois Irmãos, RS, cedido pelo Poder Público Municipal, está vinculado à secretaria da saúde. O Conselho Tutelar deve atender aos objetivos a que se destina conforme prevê o Artigo 16 da Lei Municipal nº2056, de 14 de novembro de 2003.

O Conselho Tutelar tem por finalidade exercer as atribuições constantes na Lei Federal 8.069/90 e na Lei Municipal nº2056, de 14 de novembro de 2003.

Art. 2º - Para fins de coordenação de suas atividades o Conselho Tutelar terá uma diretoria composta de um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário que serão escolhidos por seus membros, logo na primeira sessão do colegiado com o mandato de um ano, podendo ser reeleitos uma única vez na mesma gestão.

Art. 3º - Caso qualquer membro eleito para a diretoria perder seu cargo de conselheiro ou pedir demissão do cargo da diretoria, deverá ser realizado, no prazo máximo de 10 dias, nova eleição para o preenchimento do mesmo.

Art. 4º - Compete ao Presidente do Conselho Tutelar:

I – Convocar e presidir as reuniões do Conselho Tutelar de forma dinâmica e participativa, determinando os encaminhamentos necessários.

II – Representar o Conselho Tutelar em todas as reuniões em que for o mesmo convidado ou convocado, ou delegar a outro conselheiro suas atribuições e competência nesses atos.

III – Assinar, em conjunto com o secretário, as correspondências administrativas do Conselho Tutelar.

IV – Decidir com voto de qualidade os votos de empate nas votações.

V – Elaborar juntamente com os conselheiros, a escala de atendimento e plantões.

VI – Coordenar o funcionamento interno do Conselho, decidir conforme a legislação e encaminhar à decisão de Assembléia do Conselho os assuntos de maior complexidade.

VII- Propor ao representante legal do órgão ao qual está vinculado a designação de funcionário para atuação no Conselho Tutelar.

Art. 5º - Compete ao Vice-Presidente:

I – Substituir o Presidente na falta ou impedimento deste.

Art. 6º - Compete ao Secretário:

I – Acompanhar o serviço da secretaria do Conselho Tutelar executando as devidas tarefas.

II – Redigir todas as atas das reuniões do Conselho em livro próprio, ou delegar a um membro do colegiado se for necessário.

III – Redigir e protocolar todas as correspondências administrativas do Conselho Tutelar, encaminhando-as em conjunto com o Presidente, ou delegar a um membro do colegiado se for necessário.

IV – Manter o arquivo de correspondências administrativas recebidas e expedidas, livros e outros documentos do Conselho Tutelar em perfeita ordem juntamente com o auxiliar administrativo.

Art.7º - São atribuições do auxiliar administrativo:

I- Manter completo sigilo de todos os acontecimentos e situações ocorridas no Conselho Tutelar também com todos os envolvidos;

II- Assessorar o secretário, presidente e conselheiros nas atividades burocráticas;

III- Atender e orientar as pessoas que se dirigem á entidade de forma educada, respeitando suas dificuldades;

IV- Manter em perfeita ordem os arquivos e documentos do CT.

V- Anotar os recados em livro próprio e repassar para os conselheiros.

Art.8º - Ao serviço de transporte compete:

I- Conduzir os conselheiros aos locais de averiguação, às entidades de atendimento e às instituições que integram o sistema municipal de proteção integral à criança e adolescente;

II- Conduzir a criança ou adolescente, quando solicitado pelos conselheiros, com a presença de um conselheiro, conforme for o caso;

III- Portar-se com dignidade e zelo profissional na condução do veículo e no trato das pessoas;

IV- Preencher sempre que houver deslocamento, o controle do uso do veículo;

V- Manter completo sigilo do que ver e ouvir em relação a todos os casos atendidos pelo Conselho Tutelar.

Capítulo II

Das Atribuições dos Conselheiros Tutelares

Art. 9º - São atribuições dos Conselheiros Tutelares todas as constantes no Art. 136 e 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Capítulo III

Do Atendimento

Art. 10º - O atendimento ao público será compreendido da seguinte maneira:

I – De segunda a sexta-feira, das 7h às 18h, sem fechar ao meio-dia.

II – Em dias feriados, finais de semana e no horário noturno, o atendimento será realizado por um Conselheiro em regime de plantão, conforme escala de rodízio, definida em Assembléia de Conselheiros e amplamente divulgada pelo Presidente.

III – Cumprimento de 30 horas semanais e mais plantões.

IV – As férias serão concedidas mediante esquema de rodízio entre os conselheiros com anuência da secretaria a que o Conselho está vinculado considerando a lei vigente.

Art. 11º - A escala de plantões, bem como alterações de horários, será comunicada aos órgãos de competência pela diretoria em ofício do Conselho Tutelar.

Art. 12º - O encaminhamento dos casos será feito pelo conselheiro que estiver no atendimento do caso. Na ausência do conselheiro titular do caso os encaminhamentos poderão ser feitos por outro conselheiro, se houver necessidade.

Art. 13º - O conselheiro deverá registrar em fichas individuais os casos pertinentes ao artigo 136 da Lei nº8069/90.

Art. 14º - Os encaminhamentos e/ou relatórios deverão ser redigidos em papel timbrado do Conselho Tutelar e em duas vias, sendo que uma via deverá permanecer arquivada no Conselho Tutelar.

Art. 15º - O atendimento à população será feito através de cada um conselheiro. Com exceção dos casos abaixo e quando verificar a necessidade de

acompanhamento, este solicitará mais de um de seus membros para cumprimento das atribuições.

I – Fiscalização de Entidades que atendem crianças e/ou adolescentes.

II – Verificação de infração administrativa educacional, praticada contra os direitos da criança e do adolescente.

III – Itens III, letra b; IX, X, XI do artigo 136 da Lei Federal 8.069/90.

IV – Atendimento à população com atividades descentralizadas nos diversos bairros do município, em dia, horário e local a combinar.

Art. 16º - O Conselho Tutelar se reunirá, quinzenalmente, em data, horário e local definidos em comum acordo com seus membros, e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, com a participação mínima de três de seus membros.

I – O conselheiro que faltar durante o mandato a três reuniões consecutivas, ou cinco alternadas sem justificativa, receberá uma advertência oficial do Presidente ou do Vice-Presidente se o faltoso for o presidente.

II – Após três advertências por escrito, será levado ao conhecimento do Ministério Público.

Art. 17º - De cada sessão plenária do Conselho Tutelar será lavrada uma ata assinada pelos conselheiros presentes, registrando os assuntos tratados e as deliberações tomadas.

Art. 18º - As reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Tutelar poderão ser realizadas com seus técnicos e pessoas convocadas e/ou convidadas de toda a comunidade e da rede de atendimento.

Capítulo IV

Disposições Gerais

Art. 19º - É de interesse do Conselho Tutelar que seus membros participem de debates, seminários, cursos referentes à família, crianças e adolescentes.

Art. 20º - O Conselho Tutelar promoverá a prestação de contas de suas atividades em período mínimo trimestral.

Art. 21º - Anualmente deverá ser elaborado um relatório das atividades do Conselho Tutelar no período de doze meses anteriores, ficando à disposição dos interessados por trinta dias.

Art. 22º - Os casos omissos ou alheios a este Regimento serão resolvidos em reunião do Conselho Tutelar convocada somente para este fim e referidos em resolução.

Art. 23º - Este regimento interno depois de apreciado pelo CMDCA será homologado pelo Poder Executivo, conforme Art.23 parágrafo único da lei Municipal nº 2056/03 e assinado pelos conselheiros tutelares, em data constante abaixo.

Dois Irmãos, _____ de _____ de _____.

Graça Jaeger

Jaílton Proença de Lima

Jurema M. Hansen

Maria Inês Conte

Noemy C. Capeletti